



# ANAIS DA ASSEMBLEIA

Nº 012

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE MARÇO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Durval Amaral
Líder da Oposição .....	Orlando Pessuti
PTB .....	Ademar Traiano
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PMDB .....	Nereu Moura
PPB .....	Tony Garcia
PT .....	Hermes Fonseca
PDT .....	Luiz Carlos Zuk
PSDB .....	Sérgio Spada
PL .....	Pastor Edson Praczyk
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PST .....	Divanir Braz Palma
PSB .....	Moysés Leônidas

## Representação Partidária

PFL - 10: Aparecido Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielese - Durval Amaral - Elio Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Ricardo Chab - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaúcho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 03: Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSC - 01: Miltinho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
08 DE MARÇO DE 2001**

*(quinta-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Custódio da Silva, Basílio Zanusso, Beraldin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Eli Ghellere, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaucho, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofícios:**

Of. nº 127/01 - G.P.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Curitiba, 05 de março de 2001.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei apro-

vado pelo Órgão Especial em sessão realizada no dia 23 de fevereiro do corrente ano, suprimindo omissão da Lei nº 13.034/2001, que inclui o cargo de Eletrotécnico no anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, Quadro de Servidores do Poder Judiciário.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) VICENTE TROIANO NETTO  
Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - O cargo de Eletrotécnico do Quadro de Serviços do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, criado pela Lei nº 13.034, de 03 de janeiro de 2001, passa a integrar o anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997, conforme especifica:

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DO PARANÁ  
ANEXO II  
DESLOCAMENTO NA CARREIRA**

**GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO**

Carreira	Início	Final
Eletrotécnico	B1	D8

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

O presente anteprojeto de lei visa corrigir o erro de omissão ocorrido na Lei nº 13.034, de 03 de janeiro de 2001, no que se refere ao cargo de Eletrotécnico que deveria constar no anexo II da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997 - Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculado à Secretaria do Tribunal de Justiça, não tendo sido previsto seu deslocamento na carreira.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Curitiba, 05 de março de 2001.

Ofício nº 128/01-GP  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial, em sessão realizada no dia 23 de fevereiro do corrente ano, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná, cuja administração cabe, por delegação à Associação dos Magistrados do Paraná.

Valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) VICENTE TROIANO NETTO  
Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Em cumprimento ao que determina o artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, fica o Poder Judiciário do Paraná autorizado a destinar recursos à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, cuja administração cabe à Associação dos Magistrados do Paraná, por delegação.

Art. 2º - A entidade beneficiada prestará contas da aplicação dos recursos destinados à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, ao Poder Judiciário do Estado do Paraná, e este encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**JUSTIFICATIVA:**

A Resolução nº 03/83 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, criou a Escola da Magistratura do Estado do Paraná, cuja administração, por delegação, ficou a cargo da Associação dos Magistrados do Paraná.

A referida escola tem como principais finalidade a preparação de bacharéis em Direito para o ingresso na magistratura e o exercício da judicatura; a participação nos procedimentos de execução dos concursos para ingresso de serventuário na Justiça; promover cursos para atualização e aperfeiçoamento para os magistrados e servidores da justiça no exercício de suas funções; contribuir para o estudo e o aperfeiçoamento do Poder Judiciário, propondo a reforma da legislação e a melhoria dos serviços judiciários e incentivar a pesquisa e o debate jurídico sobre temas relevantes, visando o desenvolvimento da Ciência do Direito e o aperfeiçoamento da interpretação das leis.

Ainda a citada resolução autoriza o Tribunal de Justiça a destinar recursos para a Escola em epígrafe por intermédio de convênios firmados com a Associação dos Magistrados do Paraná, que é uma entidade de direito privado, com atuação sem fins lucrativos.

Assim para que o Poder Judiciário do Estado do Paraná, possa continuar repassando recursos à Escola da Magistratura do Estado do Paraná, foi elaborado o presente projeto visando cumprir o dispositivo legal preceituado no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, e em consonância com o § 2º do artigo 213 da Constituição Federal.

**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 339**

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário,

respeitosamente REQUER, a retirada do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar política de procedimentos preventivos em relação a obras de arte na construção civil e cria vigilância das obras de arte na construção civil, item 01 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, por 05 sessões.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) WALDYR PUGLIESI

**REQUERIMENTO Nº 340**

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao município de Sengés, pela comemoração de seus 65 anos.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O município de Sengés, localizado no Norte Pioneiro do nosso Estado, comemorou no início deste mês seus 65 anos de fundação. Sua história remonta de 1893, quando apenas duas famílias atraídas pela fertilidade impressionante da terra vieram habitar o local. Logo que chegaram, iniciaram a plantação de milho e a criação de gado e suínos.

Aos poucos o local foi crescendo e em 1908 houve um progresso maior no pequeno povoado, pois foi inaugurada a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, mais tarde denominada Rede Ferroviária S/A e que neste trecho passou a pertencer à rede Viação Paraná-Santa Catarina. Nesta época chegaram novos moradores e o trânsito dos tropeiros que passavam por ali em muito auxiliou o desenvolvimento do local. Muitas famílias tradicionais chegaram e foram dando vida ao lugar que cresceu rapidamente.

A partir de 1927 o povoado apresentava condição de possuir vida política e administrativa e seus moradores reclamaram este direito, que foi concedido através do Decreto-Lei Estadual nº 269, em fevereiro de 1934. Até esta data Sengés era distrito de Jaguariaíva e se chamava Jaguaricatu. Na ocasião em que tornou-se município, passou a chamar-se Sengés, em homenagem ao engenheiro Gastão Sengés, que chefiou os trabalhos de construção da estrada de ferro. Para seu primeiro prefeito foi nomeado Durval Jorge.

De lá para cá muita coisa aconteceu. Sengés é um dos orgulhos do nosso Norte Pioneiro e do nosso Paraná. Possuidora de belezas naturais e vasta área verde, a cidade atrai muitos turistas. O povo de Sengés, hospitaleiro e trabalhador, acolhe a todos com amizade e quem a visita não a esquece, pois sente-se em casa. Trabalhando incansavelmente no presente para construir o futuro, a população não esquece as lições do passado, de força e

coragem, sabendo que a recompensa do esforço é o alcançar dos objetivos.

Parabéns Sengés. Parabéns à sua população. Receba o município, através de seu prefeito - Anselmo Jorge de Lima e vice-prefeito: Valcir Rossoni (Prefeitura Municipal de Sengés) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Academia Policial Militar do Guatupê, pela comemoração de seus 30 anos.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Academia Policial Militar do Guatupê, vinculada à Secretaria de Segurança Pública/Polícia Militar do Paraná, está localizada no município de São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba, às margens da BR-277, Km 72, com uma área total de 42 (quarenta e dois) alqueires, ou seja, 1.017.000m<sup>2</sup>.

Este estabelecimento de ensino superior foi fundado em julho de 1931, recebendo sua primeira denominação como Companhia Escola e, em fevereiro, de 1948 passou a denominar-se Centro de Preparação Militar.

Em dezembro de 1953 formou a primeira turma de Oficiais, já com a denominação de Centro de Preparação Profissional.

Em 1955, pela Lei nº 2.526, passou a denominar-se Centro de Formação e Aperfeiçoamento.

Em 08 de março de 1971, pelo Decreto 22.653, passou a denominar-se Academia Policial Militar do Guatupê, encarregando-se da formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças da Polícia Militar, sendo uma das maiores academias de polícia da América do Sul.

É, sem dúvida uma referência para muitos locais de formação do nosso Estado e do nosso País, já que possui anualmente cerca de 254 homens distribuídos em 9 pelotões, em formação de elevado nível.

De seu corpo docente fazem parte os melhores profissionais das áreas em que são ministrados os cursos e não nos surpreende saber que muitos dos professores são seus ex-alunos.

Seu objetivo de adestrar e treinar recursos humanos da Polícia Militar do Paraná e de co-irmãos dos Estados brasileiros, tem sido amplamente atingido mercê à qualidade do ensino que ministra a seus alunos que, posteriormente, aplicam na operacionalização da atividade fim.

Pela comemoração de seus gloriosos 30 anos, receba a Academia Policial Militar do Guatupê, através de seu comandante coronel QOPM Nilton Harry Broe-

mann os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Colégio Tia Ana Maria, de Santo Antonio da Platina, pela comemoração de seu jubileu de prata - 25 anos.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Tia Ana Maria, localizado em Santo Antonio da Platina/PR estará comemorando em data de amanhã (09/03/2001) seus 25 anos de fundação.

Fundado em 09 de março de 1976, com o nome de "Escolinha Infantil Tia Ana Maria", foi instalado em local adaptado na casa de sua fundadora - senhora Ana Maria da Veiga Freitas. Esta paranaense (nasceu em Jacarezinho) que trabalhara em diversas escolas da região iniciou seu projeto com o auxílio das filhas Márcia e Clarimília. Naquela época funcionavam apenas duas turmas: uma de jardim e uma de pré. Como todo início, com o o Colégio Tia Ana Maria não foi diferente: disposição para trabalhar e esperança, além de fé em Deus e no futuro.

De lá para cá, muita coisa mudou. Já em 08 de junho de 1976, o Colégio ganhou sua sede própria - um prédio na Rua 13 de Maio, onde está até hoje. A partir de 1990 foi implantado o Ensino Fundamental e em 1997 começou a funcionar o Ensino Médio. Foi a partir daí que a Instituição passou a chamar-se "Colégio Tia Ana Maria".

Hoje o Colégio acolhe as crianças desde a Educação Infantil até a conclusão do Ensino Médio, preparando seus alunos para enfrentar os exames vestibulares. Ao longo destes 25 anos, muitos por suas salas de aula já passaram e o Colégio orgulha-se de ter ajudado a escrever a história de muitas pessoas. Para muitos, frequentar o Colégio faz parte do passado (já que concluíram há muito seus estudos), mas ele continua ali - é mais que uma lembrança doce e feliz dos tempos de infância e juventude; é um sólido presente construído à base de muito trabalho e dedicação, caminhando firme em direção ao futuro.

Entendendo que educação é a única forma de construir o ser humano, utilizando o melhor de sua essência em benefício dele mesmo, sua fundadora estendeu esta filosofia de trabalho ao corpo docente e o amor ao ato de educar construindo, tornou-se a mola mestra desta escola tradicional do nosso Norte Pioneiro.

Tia Ana Maria fez de sua vida uma missão de construir a vida de muitos - a ela e à sua família devemos nosso reconhecimento. Pela comemoração dos gloriosos 25 anos do Colégio Tia Ana Maria, receba sua fundadora - senhora Ana Maria da Veiga Freitas (Rua 13 de Maio, s/n - Santo Antonio da Platina/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos pelo dia Internacional da Mulher, votos estes extensivos a toda mulher do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) CESAR SELEME

## JUSTIFICATIVA:

A mulher, sem distinção de credo ou cor, que conquistou seus espaço e respeito internacionalmente, quer em cargos políticos, econômicos, artísticos, enfim em todos os lugares, provando sua capacidade de competição, enfrenta o mercado de trabalho competindo igualmente com os homens em sua eficiência e eficácia com registros de cada vez mais conquistas, novos espaços outrora ocupados apenas pelos homens, e não podemos esquecer a vantagem do poder nato de intuição que as mulheres têm sobre os homens, que as ajudam cada vez mais alcançarem lugares de destaque em empresas e à frente de grandes negócios.

## REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, vem a Ilustre presença de Vossa Excelência e aos demais Pares desta egrégia Casa para REQUERER, após ouvido o Plenário, que seja enviada correspondência ao Excelentíssimo senhor Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, solicitando que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de liberar recursos para a pavimentação asfáltica da rodovia que liga a PR-180 no município de Quarto Centenário ao Distrito de Yolanda, no município de Ubatã, num total aproximado de 11 (onze) quilômetros.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) NELSON TURECK

## JUSTIFICATIVA:

Esta rodovia é de suma importância para a região, pois liga dois municípios de grande atividade agrícola, sendo necessária para o transporte da produção. Atualmente ela é de leito natural, o que dificulta o trânsito, principalmente em dias de chuvas.

É portanto de mister importância a pavimentação asfáltica daquela rodovia para que haja um melhor fluxo de transporte na região.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
ROUBOS DE CARGAS

## RELATÓRIO FINAL

No dia 3 de abril do ano de dois mil, foi apresentado e aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento subscrito por

número regimental de senhores deputados, constituindo-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de cargas. O fato determinado pelo requerimento de constituição foi considerado como assunto de grande interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal e social no Estado do Paraná. A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas foi constituída através do Ato do Presidente nº 05/2000, de 13 de abril de 2000.

Em data de 14 de abril, sob a presidência do deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a comissão foi instalada e foram eleitos para presidente e vice-presidente, os senhores deputados Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk, respectivamente.

Na oportunidade, o presidente Cesar Seleme, convidou o Pastor Edson Praczyk para ocupar o cargo de Relator da Comissão. Tendo, ainda, como membros os deputados Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Tiago Amorim, Cleiton Kielse, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma, Antonio Baratter e Beraldin.

O prazo inicialmente previsto de 120 (cento e vinte) dias, daí porque na reunião plenária de 16 de agosto último, deliberou-se pela prorrogação dos trabalhos da comissão, tendo em vista expediente enviado pela Corregedoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 3978, quando solicitava o pronunciamento da CPI perante denúncia enviada para aquele órgão.

Foram realizadas dez reuniões plenárias e tomados depoimentos de ilustres convidados ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades do sistema policial e repressivo ao roubo de cargas. Também foi interrogado, na cidade de Tibagi, o senhor Almir Guiotti, que se encontrava preso naquele município.

Na 1ª Reunião Ordinária, dia 24 de abril, foi tomado o depoimento do doutor Paulo Kessler, da Promotoria de Investigações Criminais, que apresentou esclarecedor depoimento sobre o *modus operandi* das quadrilhas que agem no Estado do Paraná. Outras autoridades da área de segurança foram convidadas para auxiliar o trabalho dos senhores deputados.

No dia 05 de maio, compareceu perante a comissão o major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior e ex-comandante do Grupo Águia da Polícia Militar, logo após, no dia 10 de maio, foi a vez do doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Finalmente, no dia 09 de agosto, prestou depoimento o doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.

Da área dos transportadores de cargas foram ouvidos os senhores Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado, no dia 27 de abril e o coronel Sérgio Malucelli, diretor Executivo da mesma federação, no dia 03 de maio.

De São Paulo foram convidados e compareceram perante a comissão, os senhores Artur Santos, vice-presi-

dente da Pancary Corretora e Seguros, no dia 10 de maio, e o coronel Paulo Roberto Soares, diretor de segurança da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo, no dia 17 de maio.

Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu, no dia 31 de maio, Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava, no dia 07 de junho e o doutor Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos e presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná, no dia 14 de junho.

Vale salientar que, além dos depoimentos sempre promovidos de valiosas informações e sugestões, a grande maioria dos convidados forneceu valiosa documentação que constituem o acervo documental que sustentam este relatório.

### DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI

Tomados os primeiros depoimentos dos empresários ligados ao setor de transportes, bem como autoridades engajadas no sistema policial e repressivo ao crime organizado, que espontaneamente compareceram perante a CPI, formou-se desde logo, o consenso entre os membros da comissão que esta deveria dar ênfase na adoção de medidas práticas que representassem propostas de ordem preventiva.

Diante desta posição optou-se pela apresentação de relatórios parciais, através dos quais foram apresentados projetos de lei para discussão e votação pela Casa, dos quais são dignos de destaque, os seguintes:

O primeiro projeto, de nº 143/2000, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Uma das reivindicações verificadas em quase todos os depoimentos foi que o aparato policial contasse com uma central de informações que pudesse identificar rapidamente, os veículos e cargas furtadas ou roubadas e proporcionar sua pronta recuperação. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Outra sugestão apresentada, e que prontamente foi aceita pelos membros da Comissão Parlamentar, foi a contida no Projeto de Lei nº 155/00, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas Rodovias do Estado do Paraná, Programa já implantado com sucesso em vários Estados do Nordeste do País, este Centro de Apoio ao Caminhoneiro deverá proporcionar ao profissional do volante e sua família uma área para que os mesmos possam pernoitar com segurança e comodidade. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Uma das prioridades e objetivos da comissão foi apresentar medidas de ordem preventiva como a que está contida no Projeto de Lei nº 156/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Cargas no Estado do Paraná, com amparo na Constituição do Estado que no seu inciso X, do artigo 53, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado.

Considerando, que através dos depoimentos tomados pela CPI, foi possível constatar que é imperioso que a fiscalização tributária estadual se faça presente nas ações repressivas contra receptadores de cargas roubadas, afim que tais ações tenham eficácia e eficiência, foi apresentado o Projeto de Lei nº 213/2000, que autoriza o Poder Executivo determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no Estado do Paraná.

Além destas proposições foram encaminhadas várias sugestões às autoridades constituídas. Um dos objetivos já foi atendido. A comissão recebeu, no último dia 29 de maio, correspondência do Departamento da Polícia Civil na qual afirma que "atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2000, que determina que todas as delegacia de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento."

Em viagem a Brasília foi entregue ao senador Romeu Tuma, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas Nacional, oportunidade em que foi entregue relatório parcial dos trabalhos da comissão, com farta documentação, e várias sugestões de providências de âmbito nacional.

Uma destas sugestões se refere ao acordo que regula o transporte internacional entre o Brasil e o Paraguai, que traz enorme dificuldade no combate ao roubo de cargas pelas nossas instituições policiais.

Outra sugere a obrigatoriedade de instalação de identificadores de chassis eletrônicos, com o objetivo de checar a frota nacional, impossibilitando a existência do chamado "double". Uma nova sugestão foi a de regulamentar a localização da numeração do chassis em outros dois lugares, mais acessíveis, além do já existente. A localização atual dificulta a fiscalização por parte das autoridades constituídas.

Junto a autoridades locais foram requeridas várias providências, atendendo as solicitações do nosso Disque-Denúncia, no objetivo de agilizar a busca e apreensão de



vários veículos e cargas roubados ou furtadas em nosso Estado.

### CONCLUSÃO

Agindo sempre com o objetivo de priorizar o poder legislador e investigador que é inerente à Assembléia Legislativa, conseguiu com muita objetividade e transparência levantar causas e danosas conseqüências desta modalidade criminosa que deve ser atribuída ao chamado crime organizado.

O pressuposto da incidência do roubo de carga acontece como crime organizado e se baseia na existência de uma rede de receptadores.

Identificar os receptadores e puni-los é a forma mais prática e eficiente de combater o roubo de cargas. Assim como o dinheiro sujo é lavado, também as mercadorias roubadas passam pela lavagem do desvio e da receptação, mecanismo com que são recolocadas no mercado para se apresentar com feição de regularidade e legalidade, mesmo sendo produto de crime.

Na prática ocorre que as mercadorias roubadas, depois que estão na posse de seus receptadores dificilmente são recuperadas. Suspeita-se, pelo *modus operandi* das quadrilhas de assaltantes e ladrões que estes só agem a partir do ajuste da entrega aos receptadores ou seja, o roubo só é consumado a partir da certeza de que a mercadoria será desviada ou entregue a um receptador, que a recolocará no mercado com feição de legalidade.

Forçoso, pois, concluir sem uma efetiva participação da fiscalização tributária, como única instituição que pelas prerrogativas de investigação que detém que quanto a origem, a procedência, o trânsito e a circulação de bens e mercadorias, tudo mais será paliativo e ineficaz no combate ao crime organizado.

Lamentavelmente, constata-se que a fiscalização tributária ainda não tem consciência da fundamental e indispensável participação que deve ter como ação repressiva a este tipo de delito. A importância, portanto, do Projeto de Lei nº 123/2000, que objetiva a integração da fiscalização da receita estadual com as forças policiais, é condição *sine qua non* para que se inicie no Estado do Paraná uma efetiva política governamental de combate ao crime organizado quanto ao roubo de cargas.

Evidente que a apresentação dos projetos de lei, as sugestões ao Congresso Nacional e solicitações de providências junto aos órgãos públicos estaduais, ao lado das expressivas, positivas e reiteradas intervenções da imprensa escrita e falada pelos trabalhos e atuação da CPI, serviu como ponto de partida para uma tomada de consciência coletiva.

Espera-se que o empenho e integridade, com que os membros e colaboradores da CPI atuaram sirva como efetiva contribuição para a necessária determinação e vontade política do governo, autoridades e setores responsáveis pela repressão, se posicionarem e assumirem atitudes objetivas ante a atual situação, mas principal-

mente para que a própria opinião pública e sociedade, fiquem conscientes das nefastas conseqüências desta modalidade criminosa, passando ela mesma a exigir e cobrar soluções como as medidas apontadas e apresentadas pela CPI.

Sala das Comissões, em 08.03.2001.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO ROUBO DE CARGAS INSTALADA EM 14 DE ABRIL DE 2000

Presidente:

CESAR SELEME

Vice-presidente e relator:

PASTOR EDSON PRACZYK

Membros:

ALGACI TULIO, TIAGO AMORIM, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CLEITON KIELSE, RENATO GAUCHO, ANTONIO BARATTER, BRAZ PALMA, EDNO GUIMARÃES, BERALDIN.

Reuniões realizadas: 10

Depoimentos tomados: 11

Doutor Paulo Kessler, Promotoria de Investigações Criminais

Major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior da Polícia Militar,

Doutor Jairo Estorílio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas,

Doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu,

Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado,

Coronel Sérgio Malucelli, diretor executivo da mesma Federação,

Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora de Seguros,

Coronel Paulo Roberto Soares, diretor de Segurança da federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo,

Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu,

Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava,

Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos.

Foi realizada uma viagem a Brasília para entregar, pessoalmente, ao senador Romeu Tuma, presidente da

CPI Nacional, relatório parcial da comissão e solicitar várias providências de âmbito nacional.

Uma das sugestões apresentadas, foi prontamente atendida pelo Departamento de Polícia Civil, através da Ordem de Serviço nº 16/2000, "atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2.000, que determina que todas as delegacias de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento".

Foram apresentados, também, 4 projetos de lei: Projeto de Lei nº 143/2000 - visa criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Projeto de Lei nº 155/2000 - visa criar o programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro. Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Projeto de Lei nº 156/2000 - visa criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Carga do Estado. Está em 1ª discussão no Plenário da Casa.

Projeto de Lei nº 213/2000 - visa determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas. Está em 2ª discussão no Plenário da Casa.

Disque Denúncia - Requeridas providências junto às autoridades locais, procurando agilizar busca e apreensão de veículos e cargas roubadas em nosso Estado.

Foi realizada uma viagem ao município de Tibagi, atendendo solicitação da Corregedoria Geral de Justiça, para apurar denúncias formuladas por Almir Guioti, que se encontrava preso naquele município.

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 35/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Assistência Social Luz e Vida, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Assistência Social Luz e Vida, entidade criada para fins filantrópicos sem fins lucrativos,

fundada aos 29 dias do mês de janeiro do ano de 1989, com sede no Lote 23, da Quadra nº 06, Nova Barigui, bairro CIC, nesta Comarca, vem desenvolvendo pela sua atual diretoria, um excelente atendimento direcionado ao bem-estar de seus associados e moradores da região, conforme consta de extensa documentação anexa.

Entre as atividades relacionadas, estão a realização de distribuição de cestas básicas, sopas, frutas, legumes, roupas e calçados para moradores carentes da região.

Diante do acima exposto, achamos por bem ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

### PROJETO DE LEI Nº 036/2001

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os deficientes visuais acompanhados por cães-guias, especialmente treinados para este fim, têm direito ao acesso e permanência em qualquer local aberto ao público ou utilizado pelo público, gratuitamente ou mediante pagamento de ingresso, no município de Curitiba.

§ 1º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, consideram-se locais abertos ao público utilizado pelo público:

I - os próprios municipais de uso comum do povo e de uso especial;

II - edifícios de órgãos públicos em geral;

III - hotéis, pensões, estalagens ou estabelecimentos similares;

IV - lojas de qualquer gênero, restaurantes, bares, confeitarias, ou locais semelhantes;

V - cinemas, teatro, estádios, ginásios ou qualquer estabelecimento público de diversão ou esporte;

VI - supermercado, "shopping centers", ou qualquer tipo de estabelecimento comercial ou de prestação de serviços;

VII - estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer curso ou grau;

VIII - clubes sociais abertos ao público;

IX - salões de cabeleireiros, barbearias ou estabelecimentos similares;

X - entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores e escadas de acesso aos mesmos, bem como áreas comuns de condomínios;

XI - meios de transportes públicos ou concedidos;

XII - estabelecimentos religiosos de qualquer natureza.

§ 2º - Em locais onde haja cobrança de ingresso é vedada a cobrança de qualquer taxa ou contribuição extra pelo ingresso e permanência do cão-guia.

Art. 2º - Para fins desta lei, considera-se cão-guia, o cão que tenha recebido treinamento e obtido certificado de uma escola filiada e aceita pela Federação Internacio-



nal de Escolas de Cães de Cegos e que estejam a serviço de pessoa portadora de deficiência visual ou em estágios de treinamentos.

Parágrafo Único - O deficiente visual que estiver acompanhando do cão-guia deve portar documentos que comprove que o animal recebeu treinamento nos termos do "caput" deste artigo.

Art. 3º - Os estabelecimentos e respectivos responsáveis que venham a impedir o acesso e permanência de deficiente visual que estiver acompanhado do cão-guia é passível das seguintes penalidades:

I - Advertência e multa de 1.000 (mil) UFIR's.

II - Na primeira reincidência, suspensão do Alvará de Funcionamento e multa de 2.000 (duas mil) UFIR's.

III - Na segunda reincidência, cassação definitiva do Alvará de Funcionamento e multa de 5.000 (cinco mil) UFIR's.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

Vivemos numa sociedade onde 10% da população são portadores de algum tipo de deficiência. Destes, de 3% a 4%, são portadores de deficiência visual parcial ou total.

Nossa população não está habituada, como a exemplo do 1º mundo, a aceitar o acesso de cães-guias em unidades abertas ou públicas. No entanto estes cães-guias, são treinados e obtêm certificados de escolas filiais e aceitas pela Federação Internacional de Escola de Cães-Guias para Cegos e que estejam a serviço de uma pessoa portadora de deficiência visual ou em estágio de treinamento. No Brasil ainda são poucas as pessoas que contam com esse auxílio, mas aos poucos as associações começarão a investir em projetos e treinamento de cães para essa função. Para completar o quadro, a ignorância e a falta de solidariedade ainda chegam a dificultar e impedir que os portadores de deficiência visual possam transitar livremente com seus cães em locais públicos.

O cão-guia aumenta a independência do deficiente visual, para se locomover e melhorar a situação para os deficientes.

PROJETO DE LEI Nº 37/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual, a Fundação Darvil José Caron, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Darvil José Caron de Campina Grande do Sul, entidade criada para fins filantrópicos sem fins lucrativos, fundada aos 21 dias de março de 1995, à Rodovia 506 Km 01, nº 195, bairro Araçatuba, vem desenvolvendo pela sua atual diretoria um excelente atendimento direcionado ao bem-estar de seus associados e moradores da região, conforme consta de extensa documentação anexa.

Entre as atividades relacionadas, estão a realização de Assistência Médica, atividades vinculadas ao Hospital Angelina Caron, distribuição de medicamentos, consultas, realização de exames e internamentos e outras atividades referentes ao bem-estar e saúde das pessoas carentes da região.

Diante do acima exposto, achamos por bem ser a mesma merecedora do título de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Hermas Brandão, se porventura o meu horário do Pequeno Expediente extrapolar, peço a gentileza dessa presidência me conceder o horário da Liderança do PT.

Senhor presidente, senhores deputados, tenho em minhas mãos um exemplar da revista Carta Capital. A revista fez uma pesquisa, um trabalho de investigação jornalística sobre a questão da energia elétrica no Brasil e hoje pela manhã era debate em um canal de televisão também, a questão energética do país e ainda uma declaração do presidente da Copel e secretário de Finanças, Ingo Hübner, dizendo que não há previsão de diminuição das tarifas no Brasil enquanto não se mudar o modelo energético de todo o Brasil, ele vem a contradizer aquilo que dizia até agora que se privatizarmos vão baixar as tarifas. Já começaram as primeiras contradições daqueles que não têm certeza do que falam.

A revista Carta Capital também aponta para esta mesma situação. Se o modelo energético no Brasil privatizar todo ele sem ter um controle do governo, um controle prático, efetivo do dia-a-dia, do cotidiano, uma coisa é ter o controle burocrático que vai fazer a multa, vai aplicar sanções, que tem recurso administrativo que tem ação judicial, como, por exemplo, um órgão controlador federal. Outra coisa é você controlar turbina. E o que aconteceu na Califórnia?

Na Califórnia desmembraram geração, transmissão e distribuição e privatizaram. O pessoal da geração, deputado Nereu Moura, começou a diminuir a oferta para provocar um aumento de tarifa. Lá, tem que se entender que é um sistema em que não predomina, como, aqui, a geração hidrelétrica. Lá eles têm condições evidentemente de fazer essa diminuição de oferta com mais tran-

quilidade por causa das termoeletricas. Para forçar aumento tarifário fizeram os apagões, porque queriam cobrar mais das empresa que transmitiam, cobrar mais das empresas que distribuíam que por sua vez começou a aumentar significativamente a tarifa final. Aumentou uma vez, aumentou duas vezes, na terceira vez que aumentou, o Congresso local, os deputados locais, proibiram mais aumentos. E resultado, começaram os apagões.

Então, a revista Carta Capital diz - preparem as velas. O Estado do Paraná claramente está indo na contramão da orientação geral dos grandes especialistas com relação ao setor energético do Brasil. Nós não podemos deixar que a Copel seja entregue. Há vários comentários pelo Paraná afora, quais são as razões para que o governo entregue a Copel e uma delas é de que o governo precisa de dinheiro para sobreviver, outra é que o governo quer privilegiar amigos que o ajudaram na campanha, como a empresa Inepar e tantos outros, dando a eles a oportunidade de ficar com a empresa após a privatização, estando no governo, a reta final, e produzindo esse tipo de benefício. Acho que são as duas coisas ao mesmo tempo, tanto é um pouco de dinheiro para acabar o governo e entregar para o próximo o Estado do Paraná destruído, sem royalties, sem ICMS, sem os lucros da Copel, sem empresa para negociar estrategicamente qualquer benefício para o Estado do Paraná. E aí o próximo governo, evidentemente, será um desastre, mas terá uma missão de reconstruir o Paraná.

O que também para nós políticos interessa são as palavras de quem dirige o Estado. O governo do Estado falou que iria transformar o Paraná, na medida em que ia fazer o chamado Anel de Integração. Privatizou. Estão aí as rodovias sem acostamento, continuaram os buracos, as trepidações no asfalto, asfalto de péssima qualidade, quando chove o "cara" derrapa no meio da pista, porque eles estão fazendo reformas com asfalto de 2ª categoria. Estão aí as Vilas Rurais que eram a grande salvação da lavoura, como sendo reforma agrária. Daí o governo Lerner foi desmentido pelo próprio presidente da Companhia de Habitação do Paraná que dizia que era apenas um programa habitacional rural e não é para fins de reforma agrária, e muitas Vilas Rurais estão abandonadas. E o governo também falou que iria fazer uma administração moderna no Estado do Paraná, que fazia investimentos significativos trazendo montadoras e tudo mais. Está aí a perda do ICMS, estão aí as empresas que chegaram, não trazem empregos, não trazem desenvolvimento. Portanto, o governo, sistematicamente, tem faltado com sinceridade para o povo paranaense e ainda mais com relação à Copel, quando o governo em fevereiro de 1996, categoricamente, falou que preferia perder o mandato de governador a entregar a Copel. Quem mentiu? Foram os jornais? A televisão? Ou o governador Jaime Lerner?

É um governo que não tem condições de ficar no Estado do Paraná pela falta de sinceridade para com o povo paranaense.

Senhor presidente, solicito o horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

O horário da Liderança do PT está concedido a Vossa Excelência.

O SR. IRINEU COLOMBO

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Irineu Colombo, faz tempo que não faço usa da tribuna, talvez tenha perdido a prática. Mas, eu vejo essa questão da privatização da Copel e ouvi ontem o pronunciamento do deputado Waldyr Pugliesi, ao qual tenho grande admiração pela sua experiência e sua competência, e o vi fazer elogios ao falecido governador Mário Covas, e quero dizer que me somo às palavras que ele disse do ex-governador de São Paulo, Mário Covas, que, sem sombra de dúvida, foi um exemplo para o País, de coragem, de seriedade, de dignidade. E nós, brasileiros, temos mania de deixar a pessoa falecer para depois prestar homenagens. E isso me irrita. Eu gostaria que essas homenagens fossem bem menores, mas fossem em vida. Talvez se a metade daquelas bandeiras que estavam à beira das rodovias ontem, ele tivesse visto cinco, nas horas de crise no Palácio dos Bandeirantes, vendo, acenando: "Mário Covas - tenha coragem", talvez, ele não tivesse aquele câncer terminal que o levou do nosso meio.

Mas, veja como é engraçado: aqui no Paraná a Oposição no seu papel, claro, não tiro o direito, crucifica o governador Jaime Lerner pelas privatizações. Mas, deputado Irineu Colombo, isso não é uma moda lançada pelo governador Jaime Lerner, essa é uma questão da economia mundial e uma questão de política nacional, ditadas as normas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, do PSDB.

Sobre a questão das privatizações das companhias de energia elétrica - tenho em mãos aqui - para a minha estranheza, do meu partido não tem nenhum governador, até porque temos poucos, o nosso partido é minúsculo, que privatizou companhias de energia.

O seu partido privatizou: Victor Buaes, do Espírito Santo, privatizou.

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas ele não era mais do PT.

O Sr. Valdir Rossoni

Mas daí quando tem o pecado, não é mais do PT.

Deputado Colombo, quando ele elegeu-se foi como uma proposta partidária, ligada ao PT. Quando ele veio aos meios de comunicação, trazendo a sua proposta, era um governador ligado ao PT.

Depois, vou-lhe entregar essa relação se Vossa Excelência aceitar, para fazer uma leitura e ter um balanço, dez ou doze deputados - inclusive, o governador

Mário Covas - do PSDB e do PMDB e um do PFL privatizaram as companhias de energia elétrica. Não entendo e parece o seguinte: se o PTB for governo, em São Paulo, ele é privatizante, se ele for Oposição no Paraná, ele é anti-estatizante; se o PT for governo no Espírito Santo, ele é estatizante, se ele não for governador, no Paraná, em qualquer outro Estado, ele é anti-estatizante.

Só quero deixar uma questão a Vossa Excelência e desculpe me alongar no meu aparte: escute deputado, o que vai acontecer em Londrina. O prefeito de Londrina, do PT, não vai demorar muitos dias para começar a falar na privatização da Sercomtel. Eu tenho certeza absoluta, que os assessores econômicos do prefeito Nedson, vão lhe aconselhar a privatizar a Sercomtel, dizendo-lhe: se não privatizá-la, tem que investir, para que ela não perca o poder de competição. Perdendo o poder de competição, o valor que ele tem hoje, daqui a dois anos vira cinza. Não ouvi essa notícia ainda e não conheço o prefeito de Londrina, mas tenho a certeza que não demoram seis meses, para ele estar falando em privatizar a Sercomtel, porque é a situação que obriga e as estatais não têm poder de competição com a iniciativa privada.

Vossa Excelência poderia perguntar: Vossa Excelência é a favor da privatização da Copel? Se fosse em condições normais, seria contra. Mas na situação da nossa economia e da maneira como está sendo conduzido este processo da energia elétrica, nesse País, ou se privatiza a Copel, ou se deteriora esse valor e esse patrimônio, que tem o Estado. Essa é a grande verdade.

Outra questão: se o país gostaria de incluir no meu pronunciamento - não for em busca da iniciativa privada para investir, vamos ficar com a vela na mão, porque irá faltar energia nesse País, porque ele suporta, no setor de energia elétrica um crescimento de 45,05% ao ano.

Aí sim, vai faltar energia. Por isso, temos que fazer essa parceria.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, esperando que Vossa Excelência compreenda. Depois, vou lhe entregar a relação dos primeiros privatizantes do setor de energia elétrica desse País.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Deputado Valdir Rossoni, as premissas políticas levantadas por Vossa Excelência, que aliás começa a trazer o debate para o terreno político, quando um governador do Estado fala que preferia perder o governo em privatizar, nós estamos trabalhando no campo político e estamos deixando o econômico, administrativo e financeiro de lado.

As premissas políticas são falsas, por exemplo, o governador Vítor Buaes foi eleito pelo PT não com uma plataforma privatizante; quando começou a fazer privatização o PT entendeu que estava errado, começou a forçar a sua expulsão, ele saiu e foi para o PV, hoje, está no PSDB, se não me engano.

Digo mais, está hoje no caderno econômico da Folha do Paraná, a energia do Espírito Santo e do Rio de

Janeiro depois de privatizada é a energia mais cara do Brasil. Portanto, o Buaes estava errado e o PT estava certo em tentar expulsá-lo.

Por fim, as privatizações têm que ter premissas, inclusive neoliberais verdadeiras. Ora, não são os políticos de direita, o governo federal que falou da necessidade de privatizar porque a empresa estatal é ineficiente, é um elefante branco, não tem rentabilidade, não tem capacidade de competição.

Ora, a Copel tem tudo ao contrário, dá renda, tem capacidade de competição. Aonde estão as premissas verdadeiras, inclusive econômicas, para justificar a venda da Copel, só tem uma justificativa: é acordo político com os compadres de campanha. Não tem outra premissa, nem na lógica neoliberal, aliás, sabem o que aconteceu na Califórnia? Nos Estados Unidos, lá o Talfridman (?) que foi o economista neoliberal que introduziu essa onda que tudo o que é privado é bom, e aí o governo federal colocou a mão no fogo, e o fogo está fervendo, e o governo do Estado vai lá e se joga no fogo também.

Ora, vamos ser um governo que respeita o Estado do Paraná. Itamar Franco fez isso, cadê a privatização da Cemig? Lá não tem apagão, e a tarifa é uma das mais baixas do Brasil.

Os nossos governos atuais do PT, é bem verdade, têm dificuldades com os Estados que são administrados, mas a gente encontra outras alternativas, são parceiros estratégicos, negociação permanente, uma nova matriz tributária para os seus Estados, e exclui a privatização. Aliás, coloca as empresas nos acordos que atraem também investimentos em parceiros estratégicos.

Uma coisa é você jogar uma empresa às traças para depois entregar aos grupos do seu acordo político; outra coisa é você deixar a empresa inteira, acertada e trazer parceiros estratégicos, investimentos em bolsa e assim por diante. Quer dizer, não existe só duas opções: ou é estatal ou é privada, tem tantas outras alternativas. Precisa ter um governo também para privatizar - deputado Traiano, já lhe concedo um aparte - um governo que tenha condições morais de privatizar. Acho que o problema do Paraná inclusive passa por isso. Então, é uma situação completamente diferente, o Estado do Paraná está deteriorado, não tem condições morais de privatizar; o pior momento, mesmo que fosse privatista, é agora.

#### O Sr. Ademar Traiano

Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento)

Deputado Colombo eu discordo de Vossa Excelência quando coloca aqui neste Plenário de que o Estado do Paraná está deteriorado, não tem condições morais para fazer o processo de privatização.

Ora, é público e notório que o Estado de São Paulo também, quando o nosso governador Mário Covas assumiu, encontrava-se no pior estado possível em termos da situação econômica do Estado, e o nosso governador Mário Covas, num amplo processo de privatização aca-

bou melhorando sensivelmente a economia do Estado e hoje como um todo no Estado de São Paulo, observa-se, tem idolatrado o nosso governador em função desse processo de privatização, que conseqüentemente melhorou a qualidade de vida de vida da população de São Paulo.

Ouvi agora nesta semana uma entrevista do secretário de Ciência e Tecnologia de São Paulo, José Anibal, falando sobre esse processo de privatização do Estado de São Paulo, e a coragem do governador Mário Covas, apesar de ter no passado um pensamento totalmente diferente a isso, teve no sentido de encarar o processo de privatizar e melhorar a economia do Estado de São Paulo. E hoje, reconhecidamente por todos, por todas as correntes políticas, inclusive do seu Partido, o PT, que considera o governo do nosso querido Mário Covas como um dos mais sérios, transparentes, um dos governos que com certeza marcou época e história no Brasil.

Portanto, acho que irmos contra os processos de privatizações hoje no País é estarmos na contramão da história. Não podemos trabalhar com o processo de privatização da Copel apenas no emocional, se formos olhar o emocional, o lado do coração, da história, é lógico que todos nós, paranaenses, teríamos que estar aqui defendendo a não privatização da Copel. Mas o quadro é totalmente diferente, acho que o objetivo maior e principal neste momento de buscarmos a privatização da Copel é melhorarmos a qualidade de vida dos paranaenses na área de educação, de saúde, principalmente, e com a privatização da Copel nós vamos reunir todas as condições de tirarmos da folha de pagamento do Estado um valor de aproximadamente 130 milhões de reais mensais, porque com 70% do dinheiro da Copel investido no Fundo de Previdência vamos então dar as condições, não apenas para o governador Jaime Lerner, mas aos outros que virão poder investir muito mais em educação, em saúde no Estado do Paraná.

Deputado Colombo, esta semana li uma reportagem da revista Veja, e ela traz com muita propriedade o progresso que se desencadeia no Uruguai, que é considerado a "Meca" mundial. O Uruguai começa a privatizar mais de 80% das suas empresas estatais. Portanto, é o mundo que caminha para isso. Aqui temos um relatório de mais de vinte governadores do PMDB, do PSDB, do PT que privatizaram todas as suas empresas estatais, principalmente na área energética. Portanto, estamos fazendo um discurso que vai na contramão da história, do momento político que estamos vivendo, do momento econômico que estamos vivendo, o mundo caminha para isso. E o que os paranaenses querem na verdade é melhorar as condições de vida do nosso paranaense, é termos condições de investimento na área de saúde, de educação. E é exatamente para isso que com certeza estamos caminhando nesse processo de privatização, além do que as dificuldades de investimento que enfrentam hoje as empresas estatais, porque os organismos internacionais, os bancos não emprestam mais dinheiro para as empresas que têm características estatais. Mas tenho certeza que

esta Casa terá oportunidade de, quem sabe, trazer para cá o próprio secretário da Fazenda para explicar com clareza aquilo que todos os paranaenses hoje querem ouvir, com transparência, de todos nós parlamentares do governo do Estado.

Muito obrigado pelo aparte.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Olha, as premissas, deputado Traiano, são falsas novamente. Estamos falando de números, a Copel dá lucro para o Estado, isso é premissa econômica, financeira, matemática, dois mais dois são quatro. E o Estado do Paraná já prometeu pegar os royalties e investir na Paranaprevidência, e o que fez? Comeu os royalties. Cadê os royalties do Paranaprevidência? Era a grande desculpa. Por que não privatizaram a Mineropar? Quanto vai dar de dinheiro a privatização da Copel para o Paraná, máximo 900 milhões de reais, isso dá um furo para acabar com o governo, é isso que o governo quer? Entregar para os parceiros políticos administrarem depois? Outra premissa falsa, vamos vender a Copel para investir na saúde, na educação.

Ora, a educação está aí, está a maior confusão na educação do Paraná, e pegaram os royalties adiantados para fazer isso, e fizeram o Paranaprevidência para fazer isso, fizeram o Paranaeducação para melhorar a educação, e está piorando. É um governo que não tem condições de tocar uma privatização porque o povo não acredita em colocar dinheiro na mão do governo, esse dinheiro é volátil na mão do governo do Estado do Paraná, que o diga o escritório político de Giovani Gionedis. Altamente volátil o dinheiro na mão do governo. Por isso temos condições completamente diferentes do Estado do Paraná, e as premissas, e os padrões colocados para o processo de privatização no Brasil podem mudar daqui a um ano e pouco, com o novo governo, ou antes dele até, de acordo com as pesquisas eleitorais, e digo mais, um governo que está aí, se privatizar a Copel e aumentar a tarifa, o povo vem contra o Palácio Iguaçu, porque o povo não concorda com a privatização nesse momento, por causa das condições morais colocadas também. São várias condições.

Concedo o aparte ao deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Deputado Colombo, na mesma linha de raciocínio de Vossa Excelência, falando em Mário Covas. Imagino que o governador Jaime Lerner deve estar morrendo de inveja do Mário Covas, ao ver o féretro passando nas ruas de São Paulo, sendo ovacionado pela população, recebendo no Palácio dos Bandeirantes, ou lá em Santos, a presença de políticos de todos os partidos, reverenciando a principal obra do governador Mário Covas, que era a questão da "honestidade", muito embora o PT, do qual Vossa Excelência faz parte, discordar da metodologia do governo, mas todos tinham em comum acordo a questão de honestidade do governador Mário Covas.

Ora, governador que não consegue inaugurar uma obra no Paraná porque é afugentado pela população, em função das denúncias que pesam contra o governo e que ele não tem vontade de esclarecer à opinião pública! Denúncias que nós levantamos aqui na Casa e que infelizmente não tem tido condições de esclarecer à opinião pública, e para a opinião pública enquanto essas denúncias não forem esclarecidas, são verdadeiras, porque governo não tem vontade de esclarecê-las, é um governo marcado, marcado na volta da palheta como diz o gaúcho, com o carimbo feito da desonestidade, e é por isso que concordo com Vossa Excelência nós somos contra a privatização. Não só no governo Jaime Lerner; nós somos contra para sempre, para a eternidade, nós não queremos que venda a Copel, e nem qualquer empresa pública.

Agora, se isso só não bastasse para justificar a nossa posição, teríamos que adaptar a nosso argumento de que o governo Jaime Lerner não tem moral para privatizar empresa nenhuma, porque já mostrou, já deixou provado cabalmente que não tem moral, é um governo eivado de vícios, cheio de denúncias que não estão esclarecidas e que infelizmente nós, aqui desta Casa, por mais que tentássemos, não conseguiríamos esclarecê-las. Por isso só já bastava.

Por isso, deputado Irineu Colombo, concordo com Vossa Excelência em todos os sentidos.

Que competitividade. Por quê a Copel vai ter medo de competitividade? Aqui no Paraná o potencial energético está exaurido, não dá mais para construir grandes usinas, já foi exaurido. Não dá mais para construir uma Itaipu, uma Caxias, um Segredo, um Salto Santiago, não tem mais lugar para construir as usinas de grande potencial, porque elas já foram construídas no Paraná.

A Copel tem dezessete usinas, três grandes usinas: Foz do Areia, Segredo e Caxias.

Com quem que a Copel vai competir?

Qual é o outro grupo que virá ao Paraná, com condições de competir com a Copel se aqui no Paraná não tem mais potencial energético?

Ora! Conversa fiada, balela, de quem quer entregar esta patrimônio para os compadres políticos, como disse Vossa Excelência.

#### **O Sr. Durval Amaral (Aparte)**

Deputado Irineu Colombo, quem eu admiro e tenho um apreço muito grande, inicialmente, quero dizer que gostaria de levar o debate sobre a Copel num nível técnico e também, por que não, no campo político? Até porque isso é uma bandeira hoje, da Oposição.

Com relação aos aspectos morais, proponho, que a gente possa discutir aqui até um tratado sobre a moral da civilização. Mas, esse não é o caminho para que possamos conduzir essa discussão. Até porque traríamos a discussão para um campo muito desagradável a todo nós. Com o maior respeito que tenho ao deputado Nereu Moura.

A propósito do Programa de Desestatização e Privatização do nosso País, um ex-governador do PT privatizou a sua empresa de energia elétrica.

E a propósito bem colocou aqui Vossa Excelência, acabou saindo do Partido e sendo expulso. E até para resguardar os direitos partidários futuros, gostaria de perguntar ao deputado Irineu Colombo, como que o PT do Paraná vai se posicionar, quando o prefeito de Londrina, companheiro e amigo, do prefeito Nedson privatizar a Sercontel, que também é uma empresa estatal e que irreversivelmente será privatizada, até pelas próprias palavras do prefeito de Londrina?

#### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Essa questão não está colocada, não vamos trabalhar com o futuro para justificar a entrega da Copel, vamos governar com condições morais.

É claro o nosso posicionamento nós somos contrário. Acharmos que a Sercomtel. Pode ter parceiros estratégicos e está trabalhando para isso.

Era a empresa estatal mais eficiente, a partir do momento que o PFL começou a administrar a Sercomtel, Antonio Belinati perdeu a posição no "ranking mundial".

O PFL criou essas condições do governo Jaime Lerner. Nós estamos reconstruindo a Sercomtel e vamos achar parceiro estratégico e não vamos privatizar.

Vamos esperar o discurso do Nedson enquanto isso vamos deixar parado a privatização da Copel. Vamos fazer esse acordo?

Faço um desafio aqui, os deputados da base de sustentação do governo sabem quantas pequenas usinas, já que o deputado Nereu Moura falou corretamente, que grandes usinas não podem ser construídas.

Quantas pequenas usinas estão nos projetos, da estrutura energética do Paraná?

Se alguém tem uma resposta pode me dizer, porque aí é que está o esquema.

No próximo discurso eu respondo.

Muito obrigado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Grande Expediente concedo a palavra ao deputado Cesar Seleme.

Antes, Pela ordem, o deputado nereu Moura.

#### **O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Só queria que constasse nos Anais da Casa, a presença da nossa companheira de Toledo, Maria Cecília.

#### **O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Devidamente registrado.

#### **O SR. NREU MOURA (Pela Ordem)**

Quero dizer à Mesa que eu aceito a sugestão do deputado Durval Amaral de fazer um simpósio sobre moral no Paraná, trazendo para a Mesa tudo que aconteceu, passando o Paraná a limpo.

**O SR. CESAR SELEME**

Senhor presidente, senhores deputados.

Subo nesta manhã, 5ª feira, na tribuna, para apresentar o relatório final da CPI de Roubo de Cargas instalada nesta Casa.

Como presidente, tomei a iniciativa de relatar, tendo em vista o licenciamento do nosso relator - deputado Pastor Praczyk.

Senhores deputados, senhor presidente, vou relatar, brevemente, porque a documentação, o dossiê que nós recebemos, que integra todo o relatório final desta CPI, por se tratar de documentos sigilosos, não poderemos divulgá-los, e com a divulgação atrapalharia, em muito, as investigações, tanto da Promotoria Pública, do Poder Judiciário e da ação policial.

É bom que se diga que já foi demonstrado e falado em diversas oportunidades através da imprensa falada, escrita e televisionada do Estado do Paraná, que o Paraná estava no ranking nacional como um dos Estados que mais praticaram roubos de cargas e porque não dizer a grande receptação. Se não houvesse a receptação, não haveria - em grande maioria, o roubo e o furto de cargas. Quando acontece o furto e o roubo da carga é porque já está acertada a transação com o receptor. Por isso que nos trabalhos da nossa CPI, todos os membros da CPI chegaram à conclusão: a grande preocupação que o governo tem que ter e a própria autoridade policial, é com a receptação. E por isso é que ressaltamos e tomamos várias medidas através de relatórios parciais, que o Estado, através da sua receita estadual, tem que ter efetiva participação no combate desta criminalidade.

Senhores deputados, vou passar a relatar.

(Lê):

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
ROUBOS DE CARGAS**

**RELATÓRIO FINAL**

No dia 3 de abril do ano de dois mil, foi apresentado e aprovado pelo Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, requerimento subscrito por número regimental de senhores deputados, constituindo-se a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar e apurar fatos pertinentes ao roubo de cargas.

O fato determinado pelo requerimento de constituição foi considerado como assunto de grande interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal e social no Estado do Paraná.

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas foi constituída através do Ato do Presidente nº 05/2000, de 13 de abril de 2000.

Em data de 14 de abril, sob a presidência do deputado Nelson Justus, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a comissão foi instalada e foram eleitos para presidente e vice-presidente, os senhores

deputados Cesar Seleme e Pastor Edson Praczyk, respectivamente.

Na oportunidade, o presidente Cesar Seleme, convidou o Pastor Edson Praczyk para ocupar o cargo de Relator da Comissão. Tendo, ainda, como membros os deputados Algaci Tulio, Renato Gaúcho, Tiago Amorim, Cleiton Kielse, Edno Guimarães, Luiz Carlos Alborghetti, Divanir Braz Palma, Antonio Baratter e Beraldin.

O prazo inicialmente previsto de 120 (cento e vinte) dias, daí porque na reunião plenária de 16 de agosto último, deliberou-se pela prorrogação dos trabalhos da comissão, tendo em vista expediente enviado pela Corregedoria Geral de Justiça, através do Ofício nº 3978, quando solicitava o pronunciamento da CPI perante denúncia enviada para aquele órgão.

Foram realizadas dez reuniões plenárias e tomados depoimentos de ilustres convidados ligados ao setor de transportes, bem como de autoridades do sistema policial e repressivo ao roubo de cargas. Também foi interrogado, na cidade de Tibagi, o senhor Almir Guiotti, que se encontrava preso naquele município.

Na 1ª Reunião Ordinária, dia 24 de abril, foi tomado o depoimento do doutor Paulo Kessler, da Promotoria de Investigações Criminais, que apresentou esclarecedor depoimento sobre o *modus operandi* das quadrilhas que agem no Estado do Paraná. Outras autoridades da área de segurança foram convidadas para auxiliar o trabalho dos senhores deputados.

No dia 05 de maio, compareceu perante a comissão o major Valdir Copetti Neves, chefe de Operações do Comando do Interior e ex-comandante do Grupo Águia da Polícia Militar, logo após, no dia 10 de maio, foi a vez do doutor Jairo Estorfilio, delegado adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas.

Finalmente, no dia 09 de agosto, prestou depoimento o doutor Luiz Gilmar da Silva, delegado titular da 6ª Subdivisão Policial de Foz do Iguaçu.

Da área dos transportadores de cargas foram ouvidos os senhores Valmor Weiss, presidente da Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado, no dia 27 de abril e o coronel Sérgio Malucelli, diretor Executivo da mesma federação, no dia 03 de maio.

De São Paulo foram convidados e compareceram perante a comissão, os senhores Artur Santos, vice-presidente da Pancary Corretora e Seguros, no dia 10 de maio, e o coronel Paulo Roberto Soares, diretor de segurança da Federação das Empresas de Transportes do Estado de São Paulo, no dia 17 de maio.

Saulo Ivo Lamb, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu, no dia 31 de maio, Luiz Anselmo Trombini, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Guarapuava, no dia 07 de junho e o doutor Dilmar Cunha Bueno, presidente da Federação Nacional de Transportadores e Rodoviários Autônomos e presidente do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná, no dia 14 de junho.



Vale salientar que, além dos depoimentos sempre promovidos de valiosas informações e sugestões, a grande maioria dos convidados forneceu valiosa documentação que constituem o acervo documental que sustentam este relatório.

## DOS RESULTADOS OBTIDOS PELA CPI

Tomados os primeiros depoimentos dos empresários ligados ao setor de transportes, bem como autoridades engajadas no sistema policial e repressivo ao crime organizado, que espontaneamente compareceram perante a CPI, formou-se desde logo, o consenso entre os membros da comissão que esta deveria dar ênfase na adoção de medidas práticas que representassem propostas de ordem preventiva.

Diante desta posição optou-se pela apresentação de relatórios parciais, através dos quais foram apresentados projetos de lei para discussão e votação pela Casa, dos quais são dignos de destaque, os seguintes:

O primeiro projeto, de nº 143/2000, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Informações de Furtos e Roubos de Veículos e Cargas no Estado do Paraná. Uma das reivindicações verificadas em quase todos os depoimentos foi que o aparato policial contasse com uma central de informações que pudesse identificar rapidamente, os veículos e cargas furtadas ou roubadas e proporcionar sua pronta recuperação. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 12.971, de 31 de outubro de 2.000.

Outra sugestão apresentada, e que prontamente foi aceita pelos membros da Comissão Parlamentar, foi a contida no Projeto de Lei nº 155/00, que autoriza o Poder Executivo a implantar o Programa Centro de Apoio ao Caminhoneiro nas Rodovias do Estado do Paraná, Programa já implantado com sucesso em vários Estados do Nordeste do País, este Centro de Apoio ao Caminhoneiro deverá proporcionar ao profissional do volante e sua família uma área para que os mesmos possam pernoitar com segurança e comodidade. O projeto foi aprovado pela Casa e sancionado pelo senhor governador - Lei nº 13.028, de 26 de dezembro de 2.000.

Uma das prioridades e objetivos da comissão foi apresentar medidas de ordem preventiva, senhores deputados que Vossas Excelências sabem e já discutimos muito sobre isso.

A finalidade de uma CPI é apurar os fatos, ver os problemas e apresentar sugestões, não sair por aí prendendo ninguém, expondo pessoas de bem à opinião pública sem nada comprovar. Os membros desta comissão e esta presidência, desde o início que assumiu os trabalhos sob a sua presidência, tivemos a orientação que jamais exporíamos alguém na dúvida, só com a certeza absoluta. E é através de documentos, de dossiês e de levantamentos feitos pela polícia, posteriormente é que poderá ser comprovado se a pessoa tem alguma culpa ou

algum envolvimento. E os membros desta CPI, em todos os instantes tomaram esse cuidado.

(Lê):

“Uma das prioridades e objetivos da comissão foi apresentar medidas de ordem preventiva como a que está contida no Projeto de Lei nº 156/2000, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada de Combate ao Roubo, Furto e Desvio de Cargas no Estado do Paraná, com amparo na Constituição do Estado que no seu inciso X, do artigo 53, confere competência ao Poder Legislativo para estruturar e definir atribuições às Secretarias de Estado.

Considerando, que através dos depoimentos tomados pela CPI, foi possível constatar que é imperioso que a fiscalização tributária estadual se faça presente nas ações repressivas contra receptadores de cargas roubadas, afim que tais ações tenham eficácia e eficiência, foi apresentado o Projeto de Lei nº 213/2000, que autoriza o Poder Executivo determinar integração da Fiscalização Tributária com a Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas para o combate ao roubo, furto e desvio de cargas no “Estado do Paraná”.

Senhores deputados, esse projeto de lei que é um dos mais importantes dos trabalhos da CPI, tem que haver, sim, e o Estado tem se convencer disso, essa integração da fiscalização tributária com órgão policial. Só assim nós vamos diminuir sensivelmente a receptação de cargas roubadas no Estado do Paraná.

(Lê):

Além destas proposições foram encaminhadas várias sugestões às autoridades constituídas. Um dos objetivos já foi atendido. A comissão recebeu, no último dia 29 de maio, correspondência do Departamento da Polícia Civil na qual afirma que “atendendo solicitação desta comissão, envio cópia de Ordem de Serviço nº 16/2000, datada de 26 de maio de 2000, que determina que todas as delegacia de Polícia do Estado do Paraná, distritais, municipais, regionais e subdivisões, deverão comunicar imediatamente, sob pena de responsabilidade administrativa disciplinar, no prazo de 12 (doze) horas do fato, as ocorrências relativas a desvio, furto, roubo e receptação de cargas, à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas, remetendo via *fac-simile*, o Boletim de Ocorrência com o devido detalhamento.”

“Em viagem a Brasília foi entregue ao senador Romeu Tuma, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubo de Cargas Nacional, oportunidade em que foi entregue relatório parcial dos trabalhos da comissão, com farta documentação, e várias sugestões de providências de âmbito nacional”.

E naquela época nós até levamos como sugestão a revisão do contrato binacional entre Brasil e Paraguai, que naquela época se falou muito que era um contrato, um acordo internacional entre Brasil e Paraguai que deixava muito a desejar, que facilitava muito às empresas transportadoras, adentrarem o país Paraguai e vice-versa, o pessoal do Paraguai está vindo para o Brasil. Foi pedido

medidas mais energéticas, mais seguras, como acontecia com a Argentina e com o Uruguai. O senador Romeu Tuma, prontamente, disse que tomaria as providências.

Outra sugestão que obriga, senhores deputados, a obrigatoriedade de instalação de identificadores de chasis eletrônicos, com o objetivo de checar a frota nacional, impossibilitando a existência do chamado dublê.

Senhores deputados, em depoimentos tomados pelos representantes das firmas seguradoras, das transportadoras, hoje, no Brasil existe praticamente mais de 20% da frota em dublê. Então, a sugestão apresentada para que num conjunto nacional as fábricas de automóvel também tomem conhecimento dessas medidas que têm que ajudar ao Estado a fiscalizar este tipo de crime organizado.

Uma nova sugestão foi a de regulamentar também a localização da numeração do chasis em outros dois lugares do veículo porque aonde está colocado atualmente dificulta muito ao policial, ao guarda rodoviário a identificação do veículo. A localização atual dificulta em muito a autoridade constituída para ver se o veículo corresponde com a documentação que está sendo transportada junto pelo motorista. Também apresentamos várias sugestões na nota fiscal com a fotografia e identificação do motorista. Junto às autoridades locais foram requeridas várias providências atendendo também a solicitação do nosso disque-denúncia com o objetivo de agilizar a busca e apreensão de vários veículos e cargas roubadas e furtadas em nosso Estado.

Senhores deputados, os membros da CPI agindo sempre com o objetivo de priorizar o poder legislativo e investigador que é inerente à Assembléia Legislativa, conseguiu com muita objetividade e transparência levantar causas danosas, consequência desta modalidade criminosa que deve ser atribuída ao chamado crime organizado no Estado do Paraná.

O pressuposto da incidência do roubo de cargas acontece sempre como crime organizado e se baseia na existência de uma rede de receptadores. Pasmem, senhores deputados, Curitiba e região metropolitana se destacam muito, infelizmente, como grandes receptadores porque aqui no eixo São Paulo, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande, grandes ocasiões de furtos e roubos aconteciam em Curitiba e região metropolitana.

Senhores deputados, identificar os receptadores e puni-los é uma forma mais prática e eficiente de combater o roubo de cargas. Assim como o dinheiro sujo é lavado, também as mercadorias roubadas passam pela lavagem do desvio e da receptação, mecanismos com que são recolocados no mercado para se apresentar com feição de regularidade e legalidade, mesmo sendo produto de crime.

E temos dados na CPI, senhor presidente, senhores deputados, que não vão ser publicados no momento para não atrapalhar as investigações. Há casos de cargas desviadas em Curitiba e região metropolitana que em duas

horas a mercadoria está no balcão de várias casas comerciais, aparentemente com notas esquentadas.

Por isso do projeto de lei dos membros da CPI, que exigem a participação da Receita Estadual, juntamente com participação da Polícia Civil. Na prática ocorre que as mercadorias roubadas que depois que estão de posse dos receptadores, senhores deputados, dificilmente são recuperadas. Suspeita-se pelo *modus operandi* das quadrilhas de assaltantes e ladrões que estes só agem a partir do ajuste da entrega aos receptadores, ou seja, o roubo só é consumado a partir da certeza que a mercadoria desviada será entregue a um receptor e que a recolocará no mercado com a feição da sua legalidade.

Forçoso é pois, senhores deputados, concluir sem uma efetiva fiscalização tributária como única instituição que pelas suas prerrogativas de investigação que ela detém e quanto a origem, a procedência, o trânsito e a circulação dos bens e mercadorias, tudo o mais será paliativo e ineficaz, no combate ao crime organizado, sem a efetiva participação da fiscalização tributária.

Por isso, senhores deputados, vamos levantar uma bandeira, nesta Assembléia, para que o governo do Estado entenda a grande necessidade da participação... tributária com a polícia. Lamentavelmente constata-se, que a fiscalização tributária ainda não tem consciência da fundamental e indispensável participação que deve ter como ação repressiva a esse tipo de delito. A importância, portanto, senhores deputados, ao Projeto de Lei nº 123/2000, que objetiva a integração da fiscalização da Receita Federal, com as forças policiais é condição "*sine qua non*" para que se inicie no Estado do Paraná uma efetiva política governamental de combate ao crime organizado, quanto ao roubo de cargas.

Senhor presidente, senhores deputados, é evidente que a apresentação dos projetos de lei, as sugestões ao Congresso Nacional e solicitações de providências junto aos órgãos públicos, ao lado de expressivas, positivas e reiteradas intervenções da imprensa escrita e falada, pelos trabalhos e atuação da CPI, serviu como ponto de partida, para uma tomada de consciência coletiva das autoridades, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do governo do Estado e de toda a sociedade paranaense.

Espera-se, portanto, senhores deputados, que o empenho e a integridade, com que todos os membros e colaboradores da CPI atuaram, sirvam como uma efetiva contribuição para a necessária determinação e vontade política do governo, autoridades e setores responsáveis, pela repressão, se posicionarem e assumirem atitudes objetivas, ante a atual situação do Estado. Mas, principalmente, para que a própria opinião pública e a sociedade fiquem conscientes das nefastas consequências dessa modalidade criminosa, passando ela mesma a exigir e a cobrar soluções como as medidas apontadas e apresentadas por todos os membros da CPI desta Casa.

Senhor presidente, é o relatório. Quem o assina: deputado Cesar Seleme, presidente; deputado Pastor Edson Praczyk, relator: os deputados Algaci Tulio, Tiago

Amorim, Cleiton Quielse, Renato Gaúcho, Antonio Baratter, Divanir Braz Palma, Edno Guimarães, Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti. Aos senhores deputados que participaram dessa CPI, quero deixar publicamente, aqui, os meus agradecimentos, pela participação, colaboração e renúncia de seus fazeres diários - em todas as reuniões convocadas ou participavam ou estavam em outro setor, trazendo elementos, para que a CPI desenvolvesse esse trabalho.

Não poderia deixar também de externar os meus agradecimentos, por esse trabalho, a todos os funcionários da Assembléia Legislativa, ao então deputado presidente desta Casa, Nelson Justus; o então primeiro secretário Hermas Brandão; deputado Augustinho Zucchi, segundo secretário - como membros efetivos da Mesa fizeram o necessário para que os trabalhos da CPI se desenvolvessem normalmente. E a todos os membros da Executiva, meus sinceros agradecimentos. A atual Mesa, desde que assumiu, está emprestando todo os esforços e apoio necessários, para a conclusão desses trabalhos. A funcionária Elisa, esposa do Severo, que sempre esteve conosco, dando a sua atenção para os trabalhos.

Ao doutor Severo que diuturnamente se dedicou para que esta CPI terminasse com esse trabalho; ao doutor Nilso Sguarezi, nosso assessor jurídico, pela sua atuação brilhante como advogado e competente, acompanhando todos os trabalhos da CPI; ao coronel Malluceli, que prestou esclarecimentos na CPI e que acompanhou todas as reuniões da CPI trazendo documentos e dados, colaborando com o efetivo trabalho desta CPI; aos funcionários da Assembléia, taquígrafos, que sempre prontamente nos atenderam e colaboraram para a correta versão de cada depoimento dado na CPI; e aos senhores deputado que de um modo ou de outro ofereceram a sua colaboração, autoridades, população em geral que deram elementos para nós chegarmos a essa conclusões e apresentemos as sugestões aos senhores deputados, que eu acabei de relatar, que dois projetos já se tornaram leis, e temo certeza que o governo do Estado acatará, e sancionará também os outros dois que são medidas necessárias para que de uma vez por todas nós, se não acabarmos porque é difícil, mas vamos diminuir em grande parte o crime organizado de roubos de cargas no Estado do Paraná.

#### **O Sr. Basílio Zanusso**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Seleme, minha participação será bem rápida, mas não poderia deixar de fazer um registro e cumprimentar Vossa Excelência pelo trabalho desenvolvido por essa comissão, tendo Vossa Excelência como presidente, assim como a todos os seus membros. Quando se cria CPI nesta Casa já antecipa-se pelos resultados insignificantes, ou quase nenhum, ou muitas vezes por outros motivos essas CPIs são criadas para atender

interesses de ordem política partidária. Mas eu verifico no caso dessa CPI que Vossa Excelência presidiu, que está apresentando o seu relatório, ela conclui-se de forma um pouco diferente do que a gente tem costume de ouvir aqui. As CPIs são instaladas, tomam muito tempo dos Parlamentares, dos funcionários da Casa, são reuniões demoradas, são viagens, preocupações constantes, e quase sempre ao término dos seus trabalhos encaminha-se para o Ministério Público para as providências necessárias porque quase sempre a CPI existe sempre à busca de um fato que resulta em crime. E Vossa Excelência está no seu relatório resumindo, dizendo que a Comissão apresentou cinco projetos, em função do trabalho da Comissão, dois dos quais já tendo recebido a aprovação desta Casa em sanção do governador, transformados em lei, e dois outros projetos tramitando, vai ainda além a Comissão: diz ao Executivo que é impossível maior êxito da busca, da repreensão e de responsabilização desses criminosos se não houver engajamento do Poder Executivo por parte da fiscalização estadual. Sem a fiscalização estadual, a sua participação efetiva, o resultado não será melhor. Portanto, não bastassem também os projetos de lei, várias sugestões que Vossa Excelência pronunciou, todas objetivas, com a presença da Polícia do Paraná, com a presença de advogados, com a presença de associação de caminhoneiros, transportadoras, quer dizer, estão de parabéns Vossa Excelência e os membros todos desta comissão, que não só faz um relatório e o encaminha para devidas providências lá na frente, como Vossa Excelência relata fatos concretos que resultaram de providências imediatas por esta Casa, e juntamente com o Poder Executivo.

Portanto, ficam os meus cumprimentos aqui registrados a Vossa Excelência e aos funcionários deste Poder, e a todos que de uma forma ou de outra contribuíram para que Vossa Excelência pudesse estar agora nesta tribuna prestando contas do trabalho de Vossas Excelências.

#### **O SR. CESAR SELEME**

Deputado Basílio, o seu aparte só vem enriquecer realmente os trabalhos desta CPI. Fico feliz, em nome de todos os membros da CPI sabendo que a participação efetiva de todos os senhores deputados, principalmente de Vossa Excelência, sendo um deputado da envergadura que Vossa Excelência o é nesta Casa, uma experiência parlamentar de muito consenso, chegamos à conclusão, juntamente com Vossa Excelência, com os membros da CPI, com os demais deputados que os projetos foram necessários e oportunos para que seja debelado o esquema no Estado do Paraná.

Meus sinceros agradecimentos, deputados Basílio.

#### **O Sr. Algaci Tulio**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Seleme, quero também neste momento, cumprimentá-lo pelo relatório que apresenta a esta Casa,

da CPI da qual fizemos parte, e dizer que a CPI do Roubo de Cargas teve muita contribuição e pouca prisão, porque quando se fala em CPI se pergunta quem é que vai ser preso. Claro que cada uma tem um estilo, a CPI do Narcotráfico que eu presido, evidentemente que tinha esse sentido, o clamor da sociedade era saber quem seria preso naquela sessão, naquela reunião, quem é que vai para a cadeia, quem é que vai ser condenado e tudo mais.

Mas a CPI do Roubo de Cargas teve uma atuação bastante estratégica, e muito mais no sentido da contribuição como eu já disse, do que da prisão. Lembro-me que logo no começo estivemos em Brasília, lá no Congresso Nacional, exatamente no dia em que se reunia pela primeira vez a Comissão Nacional do Roubo de Cargas. Vossa Excelência já relatou a presença dos membros desta comissão naquele momento, e nós pudemos levar, e eu até um pouco mais em função da experiência, pelo fato que eu tocava já a CPI do Narcotráfico, alguns pontos importantes em relação ao Paraná, um Estado que tem divisa com dois países, um Estado que tem porto seco, que tem o Porto de Paranaguá, um Estado que tem dentro do seu próprio território um pedaço de território paraguaio, que a gente não consegue entender isso, a gente colocou isso lá em Brasília para os deputados federais que compunham a CPI do Roubo de Cargas. E deputado Cesar Seleme, a exemplo do que fizemos lá em Brasília, a CPI do Narcotráfico fez também um comunicado oficial que esta Casa aqui aprovou, chamando a atenção do ministro de Relações Exteriores, chamando a atenção do ministro da Justiça e do próprio presidente da República no sentido de rever esse acordo bilateral Brasil-Paraguai, que data antes do início das obras da Itaipu, que me parece que esse acordo foi feito para facilitar o desembarço, o descarregamento de turbinas e outras coisas para construir a Itaipu, e ele permaneceu, ao ponto de que hoje autoridades brasileiras não podem sequer adentrar neste entreposto paraguaio para fazer qualquer tipo de fiscalização. E isso motivou uma posição do governo federal que já mudou essa situação, hoje a Receita Federal pode entrar no entreposto paraguaio e pode fiscalizar. Acho que isto foi um ponto marcante, tanto da CPI do Roubo de Cargas como da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado. Outro ponto importante da nossa CPI foi ter feito um trabalho muito cauteloso de não execrar publicamente ninguém, nem mesmo aqueles que nós fomos ouvir em várias cidades deste Paraná, não procuramos evidentemente execrá-los publicamente, a não ser quando era um preso já condenado.

Importantes também foram os projetos que foram colocados pela CPI, de orientação, de contribuição ao fisco do Paraná, colocando aí a Receita Estadual, a fiscalização estadual no sentido de que se ela possa ter uma melhoria na qualificação do que transita pelas estradas do Paraná e tudo mais.

Acho que fizemos um bom trabalho, e quero neste momento parabenizá-lo até porque essas CPIs foram quando instaladas aqui, e quando colocadas para discus-

são na Assembléia foram, já de cara, rotuladas como "CPI's laranjas."

Acredito que o relatório que Vossa Excelência apresenta agora demonstra que ela foi uma CPI séria, conduzida com muita propriedade por Vossa Excelência e pelos demais membros que a compuseram, e ela trouxe resultados, como já disse, não teve prisões mas teve contribuições, e esta Casa que votou os projetos colocados pela CPI, reconhece, portanto que hoje não pode mais tentar rotular esta CPI como "CPI laranja".

Parabenizo Vossa Excelência e foi um prazer muito grande ter trabalhado ao seu lado, ter dado minha modesta contribuição para que Vossa Excelência pudesse apresentar hoje este relatório.

Parabéns.

#### O SR. CESAR SELEME

Obrigado, deputado Algaci, mas a sua colaboração como deputado experiente, e assim mesmo como membro da minha CPI, muito contribuiu com os demais membros para o efetivo trabalho da nossa CPI. Vossa Excelência presidindo uma outra comissão, mas em reunião nenhuma, em momento nenhum, em viagens pelo exterior, se fez ausente, sempre presente, somando a sua experiência e somando muito, posso dizer aqui nesta manhã, para que acontecesse o efetivo trabalho desta CPI que hoje passamos a relatar.

Senhor presidente, encaminho o relatório para Vossa Excelência para que faça o devido encaminhamento ao Ministério Público, ao Poder Judiciário, ao governo do Estado, para as autoridades civis e militares para que tomem conhecimento de todo trabalho relatado e dos documentos e dossiês em caráter sigilosos para que dêem prosseguimento a esses trabalhos que a CPI no dia de hoje conclui.

#### O Sr. Durval Amaral (Assentimento)

Quero cumprimentar Vossa Excelência e a todos os membros da CPI presidida por Vossa Excelência, porque como é bom saber que ao final dos trabalhos realizados ao longo desses últimos meses, chegamos a conclusão que efetivamente a sociedade paranaense esperava.

As Comissões Parlamentares de Inquéritos instaladas nesta Casa, todas elas tiveram a sua importância, o seu significado, e tenho certeza que das decisões e das conclusões feitas pela CPI, muitos inquéritos policiais serão instaurados, muitas responsabilidades criminais serão apuradas e até pessoas envolvidas serão ao final condenadas.

Tenho certeza que é um instrumento democrático legítimo, um instrumento forte que o parlamento e os parlamentares do mundo todo têm de poder esclarecer fatos, buscar resultados e oferecer soluções concretas para a sociedade. Então, Vossa Excelência e toda a sua equipe de deputados, todos os companheiros estão de parabéns

por ser nesse momento a primeira CPI a apresentar a conclusão dos trabalhos.

Parabéns pelo seu trabalho, pela sua atuação.

**O SR. CESAR SELEME**

Obrigado, deputado Durval Amaral, só vem engrandecer o seu aparte porque é um todo o trabalho da CPI, como Vossa Excelência disse. A Assembléia fez a sua contribuição através dos membros da CPI, mas a participação e a votação dos projetos que a CPI apresentou foi muito importante.

Senhores deputados, gostaria de deixar registrados os agradecimentos também à imprensa, que desde que a CPI foi instalada, deu todo o apoio e cobertura relatando e demonstrando à sociedade paranaense o efetivo trabalho que está sendo realizado pela CPI de Roubo de Cargas do Paraná.

Senhores deputados, fico agradecido, porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através de 54 deputados e da CPI de Roubo de Cargas, deu uma resposta, se não em todo mas em grande parte, para a sociedade paranaense que esperava um posicionamento desta Casa, quanto a esse crime hediondo, do crime organizado de roubo de cargas do Estado do Paraná.

Não falo isso como presidente da CPI que apresenta o relatório neste instante, senhor presidente, mas em nome dos 54 deputados que deram a sua contribuição para que as autoridades constituídas se organizem, investiguem, e se for o caso, prendam e punam os responsáveis por esse crime que tanto abalava a família paranaense.

Aos 54 deputados, que tanto contribuíram nesta CPI, como nas demais CPI's que vão ter relatório na próxima semana, esperamos também que serão de resultados positivos para toda a comunidade paranaense.

Deixar claro aqui para a população do Paraná, os deputados que aqui estão são deputados conscientes das suas responsabilidades e que sabem até onde chega a sua função de parlamentar, que é levantar os dados, apurar tudo que for necessário e encaminhar às autoridades competentes. Cada um na sua função e com a sua competência façam o seu serviço em prol de toda a comunidade do povo do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

A Mesa recebe o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito de Roubos de Cargas. Publique-se no Diário Oficial em avulso para conhecimento dos senhores deputados. Encaminhe também para a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, para as providências regimentais.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

O Relatório Final não depende de aprovação do Plenário?

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Não. A Mesa recebe e publica em Diário Oficial para a Comissão Executiva e a Comissão Executiva tomará as providências conforme o Regimento Interno.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

O deputado Waldyr Pugliesi, nosso Líder das Oposições, faria uma grande reflexão hoje sobre a venda da Copel, e como o tempo está adiantado, nós queríamos inscrevê-lo para o Expediente de segunda-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

O deputado Waldyr Pugliesi está inscrito.

Horário das Lideranças PDT, com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente e senhores deputados.

O PDT, na pessoa do deputado Eli Ghellere e esse que vos fala, não poderia deixar de inserir na Ata dos trabalhos de hoje, o reconhecimento à mulher de um modo geral.

Mas é um reconhecimento particular de todos nós, às nossas mulheres da assessoria parlamentar desta Casa, das que organizam as atas e complementam os trabalhos da Mesa Executiva, das contratadas que fazem a limpeza dos nossos gabinetes, das que trabalham nesse Poder Legislativo como as nossas taquígrafas, como enfim, todas aquelas que contribuem para o engrandecimento desse Poder e a funcionalidade do mesmo.

Ainda, às mulheres credenciadas no comitê da imprensa que emprestam através das suas linhas, o que ocorre dentro desta Casa de Leis.

Enfim, às nossas mães, mesmo aquela que materialmente não se encontram nesse mundo. Às nossas filhas, mesmo as que não possuíamos, mas às filhas de todos os nossos irmãos paranaenses, brasileiros, os nossos irmãos que convivem nesse universo que têm, na mulher, o respeito, a dignidade, a honra e a formação do caráter de nós todos.

Mas quero, senhor presidente, além desse Dia Internacional da Mulher, dizer que devemos muito à mulher: sendo ela o alicerce, sendo ela tudo aquilo o que somos, mas, senhor presidente e senhores deputados, ligados à família, onde entram os filhos, onde entra a complementação de qualquer lar que são as crianças deste Paraná, o governador Jaime Lerner, mais uma vez insensível e principalmente, incompetente no transporte escolar deste Estado; para citar como exemplo a este Parlamento a cidade de Palmeira que é onde o deputado Algaci Tulio, o deputado Anibelli, o deputado Rossoni e outros deputados ali têm os seus amigos, os seus eleitores como também nós possuímos.

O prefeito de Palmeira, que não é do meu partido mas que cuida de Palmeira, gasta mensalmente, deputado Algaci Tulio, 30 mil reais com o transporte escolar das crianças, responsabilidade essa que é do governo menti-

roso, esteve na região dos Campos Gerais dizendo que ia pagar o transporte escolar através de ex-chefe da Casa Civil. Mentiui! Governo Caloteiro! Assumiu compromisso e não pagou, governo que não tem responsabilidade com o transporte escolar. Dizia, eu, de Palmeira, Algaci Tulio: trinta mil reais gasta Mussolini com transporte escolar.

Esta secretária que veio de Brasília, que não conhece o Paraná, que não tem formação de forma alguma naquilo que se reserva a uma educação principalmente voltada ao lado social, destinou a Palmeira, deputado Algaci Tulio, naquela distribuição eqüitativa, cinco mil reais que o prefeito não vai querer. De trinta que ele gasta, o governo do Estado prometeu a partir de agora dar cinco. Governo que não tem competência. Governo que mentiu, aqui, neste Parlamento, através da secretária de Educação, que iria atender o transporte escolar.

Na próxima 2ª feira, dia 12, na cidade de Castro, o prefeito Reinaldo Cardoso, junto com todos os prefeitos da Região dos Campos Gerais, estará discutindo se os prefeitos aceitarão essa parcela insignificante que está sendo oferecida pelo governo a todos os quadrantes do Estado. Queria que a base governista consultasse seus prefeitos, viessem aqui como estou vindo e contassem ao Paraná o que é que cada município vai receber do transporte escolar que é responsabilidade do governo do Estado.

O ex-prefeito de Ponta Grossa, Jocelito Canto, só conseguiu sensibilizar o governo fazendo não uma ameaça, mas fazendo uma presença das crianças frente ao Palácio Iguaçu - junto com outros prefeitos da região, quando aqui ele traria centenas, milhares de crianças para mostrar ao Paraná e ao Brasil quem é o Jaime Lerner na educação. Uma pessoa que não reconhece a sua responsabilidade no transporte escolar, que é sua, é do governo incompetente neste setor e em outros. E aqui estamos falando, realmente, aquilo que é indefensável. Nós conhecemos de perto porque prefeito fomos. Sabemos realmente o que é o transporte escolar e o que representa para um homem que mora no campo e ter seu filho estudando na cidade, que mora no distrito, que precisa dar escolaridade.

E aí, o governo, naquela oportunidade, ao ex-prefeito, quando viu que as crianças seriam trazidas a Curitiba, mandou seu chefe da Casa Civil ir acalmar os prefeitos da região dos Campos Gerais que ali estavam nesta medida, pressionando o governo. Falava ele, do DER, que daria máquina, que daria óleo e que daria toda a instrumentação que o DER possuía dentro da sua estrutura para compensar o dinheiro que ele não poderia pagar naquela oportunidade. Mentiuroso o governo! Não deu máquina, não deu óleo, não deu atenção alguma e os prefeitos ficaram com o pepino do transporte escolar agora na prestação de contas que está aí no Tribunal de Contas do Paraná.

Todas as prefeituras, todas, indistintamente, seja de que partido for, estão nessa situação. Segunda-feira na

reunião dos Campos Gerais os prefeitos irão, através de uma conversa entre eles, dizer se aceitam ou não esta parte que está sendo oferecida no transporte escolar que é responsabilidade total do governo do Estado. Vamos deixar, nesta reunião, que os prefeitos entre eles se entendam. Estamos à disposição dos prefeitos da região como o deputado Plauto Miró Guimarães também está à disposição. E estaremos batalhando: Governo, Situação e Oposição, fazendo com que o governo seja responsável com a educação.

Concedo aparte ao deputado Edson Strapasson.

### O Sr. Edson Strapasson

Deputado Zuk, gostaríamos até de prolongar o debate, mas, em função do tempo, gostaríamos de, na semana que vem, voltar à tona nessa questão para abordar com maior profundidade a questão do transporte escolar. E nesse momento onde aprovamos, recentemente, o projeto do rateio de parte dos 50% da cota estadual do salário-educação, poderia o governo, neste momento, fazer justiça aos municípios paranaenses, já que nesta parte dos 50%, parte proporcional à rede de matrícula estadual, continua pertencendo ao Estado e parte vai realmente ser rateado aos municípios. Que podem fazer diversos usos, inclusive para o transporte escolar da sua rede - 1ª à 4ª série quando municipalizado.

Veja bem: a obrigação e a responsabilidade de transporte de 5ª à 8ª e 2º Grau, em função da inexistência de rede de ensino que atenda essas regiões, é 100% do governo do Estado.

Portanto nós não podemos admitir que o governo chame os prefeitos e distribua uma cota insignificante de 5 mil reais para os municípios que gastam até 30, 40 ou 50 mil reais com o transporte escolar da rede estadual, além da rede municipal, evidentemente.

Neste momento acho que cabe a esta Assembléia aprofundar-se e fazer com que o Estado aplique a sua parte que tem hoje, praticamente, ele vai ficar com 2/3 do total do valor do salário-educação para o Estado. E apenas 1/3 ou até 25% para os municípios. É importante que o Estado corrija aquilo que é de direito e coloque-se na sua responsabilidade e pague e faça ressarcimento aos municípios daquilo que os municípios gastam efetivamente e não apenas 5 mil reais com o transporte da rede estadual. É importante que nós cumpramos o nosso dever parlamentar de colocar à população e o Estado, as suas obrigações, usando dinheiro que recebe do governo federal para isso.

### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado e voltaremos ao assunto na próxima semana. Tenho certeza absoluta que outros senhores parlamentares virão e teremos a oportunidade, deputado Ademar Traiano, de fazermos aqui um esclarecimento daquilo que eu fui testemunha: da palavra, do empenho e da pro-



messa do governo do Estado, ouvir do mesmo governo o porquê do não atendimento e do não cumprimento da palavra empenhada.

**O Sr. Ademar Traiano**

Deputado Zuk, lhe prometo que na segunda-feira vou dar números exatos. Acho que há um equívoco com relação ao número que Vossa Excelência traz aí neste momento, ao plenário.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Não trago. Não há número que conteste, porque hoje pela manhã o prefeito de Palmeira, o Mussolini Mansan, na Rádio Tropical, era inquirido e mostrava publicamente os números da cidade de Palmeira.

Nunca, em nenhuma oportunidade subi a esta tribuna, falei em números que não fossem eles oferecidos por fontes seguras e por quem dirige tão bem o município, como dirige o prefeito de Palmeira, o Mussolini Mansan.

**O Sr. Ademar Traiano**

Posso estar errado, deputado Zuk, mas agora lhe garanto que esse atendimento com relação ao transporte escolar, se o prefeito de Palmeira não esteve presente, representado pelo presidente da sua associação, participou da discussão. Portanto, é um grande avanço num momento de dificuldade e os prefeitos estão batendo palmas, a sua grande maioria.

E eu lhe garanto que na segunda-feira vou lhe trazer aqui as informações, não apenas de Palmeira, mas com relação aos demais municípios do Paraná e não apenas com relação também do transporte escolar, a participação dos municípios, com relação ao salário-educação, que com certeza foi uma conquista extraordinária do municipalismo paranaense.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Acho que nesse campo nós poderemos nos aprofundar, trazendo Vossas Excelências, da Bancada Governista, a palavra do governo, e nós trazendo nesta Casa a palavra dos senhores prefeitos, e, principalmente, a responsabilidade do cargo que temos, para oferecer ao governo, não denúncias como essa que estou fazendo, mas compromissos passados que o governo não cumpriu. E o compromisso passado eu sou testemunha na cidade de Castro, com este Prefeito Claudinir Braga, que o governo é caloteiro.

Senhor presidente, muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, Liderança do Governo, Liderança das Oposições.

**(Declinam)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença dos 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 127/01-GP, subscrito pelo presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial em sessão realizada em 23 de fevereiro do corrente ano, referente ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Ofício nº 128/01-GP subscrito pelo presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei aprovado pelo Órgão Especial em sessão realizada em 23 de fevereiro do corrente ano, que autoriza o Poder Judiciário do Estado do Paraná a destinar recursos à Escola da Magistratura do Estado, cuja administração cabe, por delegação, à Associação dos Magistrados do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Relatório final, da Comissão Parlamentar de Inquérito (Roubo de Cargas) subscrito pelos senhores deputados Cesar Seleme como presidente e Pastor Edson Praczyk como relator e demais membros da referida comissão, constante do expediente. **Publique-se no "Diário da Assembléia" e em "Avulsos" para conhecimento dos senhores deputados. À Comissão Executiva para as devidas providências cabíveis.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do senhor deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

**ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a implantar política de procedimentos preventivos em relação a obras de arte na construção civil e cria a vigilância das obras de arte na construção civil. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM PARECER CONTRÁRIO DA C.O.P.T.C..**

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do senhor deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

**O SR. WALDYR PUGLIESI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, o deputado Hermes Fonseca está ausente. Ele exarou Parecer Contrário ao projeto de lei. É nesse sentido que fizemos o requerimento pedindo o adiamento por cinco sessões, dessa votação.

**O SR. EDSON STRAPASSON (Questão de Ordem)**

Senhor presidente, sou presidente da Comissão de Obras e tivemos a oportunidade de analisar esse projeto onde o deputado Hermes foi o relator. O autor do projeto, deputado Beto Richa não compareceu, estava ausente, e não permitiu que se realmente houvesse um debate maior em relação ao projeto.

Na verdade, o projeto é bastante extenso, teve o Parecer Contrário da Comissão de Obras, não obstante o projeto deverá ser melhor estudado porque é controverso na definição do que são obras de arte, até porque ele entra numa área da construção civil particular e seria um projeto inócuo.

Então acredito, para não inviabilizar o projeto, esse requerimento sendo adiado por cinco sessões permitirá que se estude melhor e aproveite o projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 059/2000.

**ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2000, de autoria do deputado Edson Praczyk, que autoriza o Poder Executivo a incluir no Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná a leitura da Bíblia Sagrada. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.M.A..**

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva e Modificativa de Plenário, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUPRESSIVA E MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 190/2000**

A presente Emenda Supressiva e Modificativa ao Projeto de Lei nº 190/2000, renumera como parágrafos o artigo 1º, seu Parágrafo Único e o Parágrafo Único do artigo 3º, suprimindo da sua redação original, os artigos 2º e 3º, e renumerando o artigo 4º como artigo 2º, conforme redação a seguir:

“Art. 1º - ...

§ 1º - O conteúdo programático da Leitura da Bíblia Sagrada terá como objetivos principais à busca e o resgate dos valores humanos.

§ 2º - O desenvolvimento dos conteúdos devem ser baseados em aspectos históricos, filosóficos, culturais e literários.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 08.03.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**Apoiamento:**

Algaci Tulio, Geraldo Cartário, Basílio Zanusso, Divanir Braz Palma.

**JUSTIFICATIVA:**

A proposta de emenda justifica-se pelo seu objetivo de compatibilizar o projeto de lei com sua natureza autorizatória, haja visto que as disposições contidas nos dispositivos são de competência administrativa e regulamentar do Poder Executivo.

Já a supressão da expressão “revogadas as disposições em contrário”, justifica-se para efeito de adequar o projeto de lei à técnica legislativa que define as normas gerais para elaboração, redação, alteração e consolidação da lei, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 59 da Constituição Federal.

**O projeto retorna à C.C.J..****ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2000, de autoria do deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia Especializada em Crimes na Internet. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E S.P.. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 294/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a criar através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, o programa de Revitalização da Região Noroeste do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.A.I.C. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/2000, de autoria do deputado Péricles de Mello, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2000, de autoria do deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública, o Centro de Apoio aos ex-moradores do Norte do Paraná, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 410/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Pinheiral de Baixo - Ensino de 1º Grau, com sede e foro no município de Palmeira. **COM**

**PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 08

**2ª DISCUSSÃO** - do Projeto de Lei nº 415/2000, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Idosos em Cristo de Ouro Preto, com sede e foro no município de Toledo. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Sobre a mesa, requerimento nº 321, de autoria do senhor deputado Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Em discussão.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente?

**(Assentimento)**

Temos em mãos resposta a esse requerimento, razão pela qual peço aos nobres deputados, já que o autor não se encontra presente e não é possível retirá-lo, para que os deputados votem contrariamente, porque entregarei pessoalmente ao deputado as informações requeridas.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Deixamos o requerimento para segunda-feira, pela ausência do autor deste. Ele volta a ser discutido na próxima segunda-feira.

Requerimento nº 330, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 323, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 338, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 340 a 342 de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 345, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 326, de autoria do deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente?

**(Assentimento)**

Em entendimento mantido com o deputado Irineu Colombo, nós encaminhamos a ele as informações requeridas, razão pela qual pedimos para que seja retirado da Ordem do Dia.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Senhor presidente?

**(Assentimento)**

O deputado Irineu Colombo teve que se ausentar, mas é verdade, o acordo feito e ele pediu para retirar o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Diante do acordo feito, **está retirado o requerimento.**

**O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)**

Senhor presidente.

**(Assentimento)**

Para comunicar à Casa e acredito já ser de conhecimento de todos, ontem dizemos aqui o apelo para que o nosso Paraná Clube permanecesse na disputa da Copa Brasil. Aquela moção de apoio, que tivemos ontem assinada por mais de 40 parlamentares chegou exatamente às 15h15min na Confederação Brasileira de Futebol.

Não quero dizer com isso, que foi essa manifestação que mudou a idéia. A sorte foi que o Bandeirantes, um time que ninguém sabe de que região é, lá de Brasília, desistiu. O prejuízo que o Paraná tinha, que teria apenas três clubes, em detrimento a outros Estados, que teriam quatro, acabou saindo no lucro para o Paraná.

Porque ficou o Malutron, o Atlético e o Coritiba e entrou também o Paraná Clube. O Paraná fica com quatro equipes na Copa Brasil.

Ao mesmo tempo cumprimento todos os torcedores coxa-branca, do Coritiba, pela vitória de ontem, que leva o Coritiba agora, à decisão na próxima semana, com o Cruzeiro ou com o Atlético Mineiro, pela Copa Sul Minas. Está em alta o futebol do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Élio Rusch)**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão marcado outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**2ª DISCUSSÃO** - da Proposição nº 069/2000.

**1ª DISCUSSÃO** - dos Projetos de Lei nºs 592 e 628/99, 419, 420 e 424/2000.

**DISCUSSÃO ÚNICA** - do Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2001.

Levanta-se a sessão.

**Ata de Comissão:****COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO**

Aos cinco dias do mês de março do ano de dois mil e um, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem esta comissão, com o fim específico de proceder sua instalação e a eleição para presidente e vice-presidente, presidida na forma regimental pelo deputado Elio Lino Rusch, vice-presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o senhor presidente declarou instalada a comissão, passando em seguida

para a eleição. Procedido a sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos deputados Luiz Carlos Martins e Caíto Quintana para presidente e vice-presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o deputado Luiz Carlos Martins agradeceu a especial deferência de seus nobres pares. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar, eu Severo Olimpio Sotto Maior, diretor legislativo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH, LUCIANA RAFAGNIN, CEZAR SILVESTRI, CAÍTO QUINTANA, DUÍLIO GENARI, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, BERALDIN, LUIZ CARLOS MARTINS.